

ASSESSORIA JURÍDICA ÀS EMPRESAS

Carteira Digital da Empresa reforça imagem de Portugal como “jurisdição mais moderna”

Advogados veem na criação desta ferramenta, a primeira a nível europeu, uma “solução tecnológica inovadora”, capaz de agilizar processos e reduzir custos administrativos para o tecido empresarial. Mas lembram que este é apenas o primeiro passo.

JOÃO DUARTE FERNANDES
joaomfernandes@negocios.pt

Portugal deu os primeiros passos na criação de uma carteira digital para empresas que, numa fase ainda inicial, já se mostra “uma solução tecnológica inovadora” que permite uma simplificação administrativa para o tecido empresarial nacional, capaz de “agilizar processos e reduzir custos”. É o que defendem os advogados, que lembram que o país é o primeiro da União Europeia a disponibilizar uma ferramenta desta natureza, alinhado com o quadro previsto para as European Business Wallets. Mas sublinham que este é apenas o primeiro passo.

A criação da Carteira Digital da Empresa representa “uma solução tecnológica inovadora, em linha com os esforços europeus para digitalizar a identidade empresarial e com o quadro previsto para as futuras European Business Wallets pelo eIDAS 2.0”, diz Magda Cocco, sócia executiva da VdA. Esta transformação, refere, “promete mudar a forma como as empresas interagem com o Estado e entre si”.

Para Gonçalo Cerejeira Namora, sócio da Cerejeira Namora, Marinho Falcão, “estamos definitivamente perante o que terá de ser o caminho para a digitalização e simplificação administrativa na forma como todos nós lidamos com o acesso a documentos oficiais e serviços administrativos”.

É um “mecanismo de simplificação administrativa”, permitindo “agilizar processos e reduzir custos administrativos”, destaca Gonçalo Mimoso, associado



Marcos Borga/Lusa

A carteira foi lançada no dia 26 de janeiro pelo ministro Adjunto e da Reforma do Estado, Gonçalo Matias.

da SRS Legal. “O essencial não é a simples substituição do papel pelo digital, mas a possibilidade de confirmar, no momento, informação atualizada e fiável, com base em dados oficiais, tornando o cumprimento mais previsível e

A nível administrativo, a ferramenta terá um impacto “significativo” para as empresas, dizem especialistas.

menos exposto ao erro”, partilha Sara Rocha, associada sénior da CMS Portugal.

Nesta linha, “a nível administrativo, o impacto pode ser significativo para as empresas”, sublinha a sócia da VdA. “Poderá eliminar pedidos repetidos de certidões, facilitar o processo de contratação pública, reduzir a fragmentação de interfaces e automatizar processos de atualização de dados, facilitando também o ‘compliance’ em áreas críticas”. “Num só ponto, estará acessível informação hoje dispersa entre múltiplos portais, frequentemente com prazos de validade diferentes e exigindo comprovativos

sucessivos”, nota a especialista.

Por isso, “se analisarmos esta ferramenta à luz da simplificação administrativa, ela parece ser, por enquanto, globalmente benéfica”, atira o advogado da SRS. Porém, ressalva, “se esta iniciativa acarretar a criação de uma nova camada regulatória digital – o que não parece ser o caso – a finalidade desta medida definhará: o objetivo é simplificar; não proceder a um reforço centralizado da burocracia”.

Como lembra a advogada da CMS, “no plano europeu, o pioneirismo de Portugal nesta solução reforça a imagem de uma jurisdição mais moderna e prepa-

Futura interoperabilidade testará eficácia das “wallets” na União Europeia

rada para atrair e apoiar a atividade económica”.

Quanto ao plano jurídico, “este piloto nacional deverá ser incorporado no futuro sistema europeu, obrigando todas as entidades públicas dos diversos Estados-membros a reconhecer automaticamente a validade de documentos, certidões, licenças”, o que representará “menores custos de conformidade e mais rapidez [para as empresas], condições cada vez mais cruciais num mercado competitivo”, releva a advogada da VdA.

Depois desta primeira fase, Cerejeira Namora defende que “poderemos avançar com a digitalização de muitos outros serviços e recursos, esses sim que poderão vir a poupar muito tempo e desburocratizar os processos”, salienta o advogado.

Olhando igualmente para o futuro, Magda Cocco destaca que o próximo passo “são as European Business Wallets, propostas pela Comissão Europeia”. “Este sistema será estabelecido por um regulamento europeu que irá criar um mecanismo interoperável e preparado para interações B2G em todo o espaço europeu”. Se for bem implementada, “esta solução representa não só um passo positivo para o ecossistema empresarial português, mas para a competitividade de toda a economia europeia”, sublinha a especialista. Mas “é preciso temperar os ânimos”, lembra, já que esta solução portuguesa é a primeira a nível europeu, e ainda demorará até as European Business Wallets serem uma realidade”, conclui. ■

O lançamento da Carteira Digital da Empresa a nível nacional alinha com o plano da União Europeia (UE) de disponibilizar um espaço digital que reúna documentação das empresas, com o objetivo de assegurar interoperabilidade transfronteiriça. Especialistas sublinham que a Comissão Europeia estima “poupanças anuais colossais” se estas ferramentas forem amplamente adotadas e que os ganhos operacionais com a utilização destas “wallets” assumem “relevância competitiva” no mercado único. O verdadeiro teste à sua eficácia será a futura interoperabilidade entre as carteiras de diferentes Estados-membros.

“No plano jurídico-económico, o projeto das European Business Wallets tem um objetivo claro: reduzir os conhecidos “custos de contexto”, diz Magda Cocco, sócia executiva da VdA. “A Comissão Europeia estima poupanças anuais colossais, na casa das dezenas a centenas de milhares de milhões de euros, se as carteiras empresariais forem amplamente adotadas, em grande medida graças à automatização da verificação de identidades, poderes de representação e regularidade fiscal”, refere. E a Carteira Digital da Empresa lançada em Portugal, ainda que esteja apenas na fase inicial, “replica este mo-

delo” à escala nacional, acrescenta a especialista.

“O impacto é particularmente relevante em processos de licenciamento, contratação (incluindo concursos), relação com a banca e negociações comerciais”, sublinha Sara Rocha, associada sénior da CMS Portugal. A advogada diz que “num mercado único em que a rapidez de execução e a fiabilidade da informação influenciam a capacidade de concretizar operações, estes ganhos operacionais assumem relevância competitiva”.

Gonçalo Cerejeira Namora, sócio da Cerejeira Namora, nota que “a existência de um local único para os do-

cumentos essenciais representa uma mais-valia que poderá reduzir custos” e que “num cenário desejável, pelo menos no plano europeu, almejamos poder vir a ter serviços, documentos e interação com as entidades públicas dos vários Estados-membros de forma tendencialmente similar”.

Nesta medida, o verdadeiro impacto competitivo da ferramenta “vai depender de dois fatores-chave: a futura interoperabilidade com as carteiras europeias, permitindo o uso da mesma solução em transações transfronteiriças, e o grau de aceitação por parceiros privados”, atira Magda Cocco. ■



É uma solução tecnológica inovadora, em linha com os esforços europeus para digitalizar a identidade empresarial.



MAGDA COCCO
Sócia executiva da Vieira de Almeida



Estamos definitivamente perante o que terá de ser o caminho para a digitalização e simplificação administrativa.



GONÇALO CEREJEIRA NAMORA
Sócio da Cerejeira Namora



O pioneirismo de Portugal nesta solução reforça a imagem de uma jurisdição mais preparada para atrair e apoiar a atividade económica.



SARA ROCHA
Associada sénior da CMS Portugal



Se a iniciativa acarretar a criação de uma nova camada regulatória digital – o que não parece ser o caso – a finalidade da medida definhará.



GONÇALO MIMOSO
Associado da SRS Legal